

**UM ESTUDO SOBRE A GÊNESE DA AUTONOMIA MORAL NA CRIANÇA SOB A
PERSPECTIVA DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA**

***A STUDY OF THE GENESIS OF MORAL AUTONOMY IN CHILDREN FROM THE
PERSPECTIVE OF GENETIC EPISTEMOLOGY***

Suellen Aparecida Webber dos Santos¹

Rafael dos Reis Ferreira²

RESUMO

Um dos principais objetivos da escola é a formação de sujeitos críticos, que pensem por si mesmos e que sejam capazes de exercer, com isso, a sua cidadania. O sujeito que se torna capaz de pensar por si próprio é, por excelência, um sujeito autônomo. Dada a importância da autonomia para o desenvolvimento do sujeito abordamos, no presente artigo, a seguinte questão: como o sujeito se torna moralmente autônomo? Diante dessa questão, nosso objetivo é explicar como se forma a autonomia no ser humano, em especial na criança, já que está na criança a origem da formação moral do homem. Para desenvolver nosso estudo, assumiremos a Epistemologia Genética de Jean Piaget como referencial teórico. O presente trabalho permitiu-nos constatar como ocorre a construção da autonomia moral na criança, compreendendo os estágios que ela percorre, as características de cada um destes estágios e como as interações, as formas de relação, interferem nesse desenvolvimento.

Palavras-chave: Autonomia. Heteronomia. Anomia. Moral. Escola.

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: suh_chs@hotmail.com

² Professor Doutor no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: leafareis@yahoo.com.br

ABSTRACT

One of the main school goals is the formation of critical subjects, that think for themselves and are able to exercise, therefore, their citizenship. The subjects who is able to think for himself is, par excellence, an autonomous subject. Given the importance of autonomy for the development of the subject, we address in this article, the following question: as the subject becomes morally autonomous? Faced with this question, our goal is to explain how it forms autonomy in humans, especially in children, since it is in the child, the source of moral formation of man. To develop this study, we assume the Genetic Epistemology of Jean Piaget as a theoretical framework. The present study allowed us to observe how the construction of moral autonomy in the child occurs, understanding the stages that it traverses, the characteristics of each of these stages and like the interactions, the forms of relation, interfere in this development.

Keywords: Autonomy. Heteronomy. Anomie. Moral. School.

Introdução

Desde seu nascimento, a criança encontra-se em um processo contínuo de desenvolvimento que ocorre devido às interações com o meio. Esse processo envolve aspectos cognitivos, afetivos e socioculturais, iniciados com o surgimento do organismo biológico e ampliados, posteriormente, para o ambiente social.

Em meio a essas interações, são agregados conhecimentos e valores estabelecidos e aceitos pela sociedade na qual o indivíduo se insere, que constituirão a sua formação moral. Nesse processo de formação moral do indivíduo o sujeito pode adquirir autonomia.

Etimologicamente, o termo autonomia é de origem grega, formada pelo adjetivo “autos” que significa “próprio”, “por si mesmo”, e pelo substantivo “nomos” que significa “normas”, “convenção”. Desse modo, a palavra “autonomia” significa se autogovernar, na medida em que cabe ao indivíduo escolher as suas normas e valores. Diversos pensadores destacam a importância da autonomia para a formação do indivíduo.

Immanuel Kant (1724 – 1804) na obra “Fundamentação da Metafísica dos

Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro SP, 4 (1): 1-16, 2017.

Costumes” define autonomia do seguinte modo: “[...] autonomia é, pois, o princípio da dignidade da natureza humana, bem como de toda natureza racional”. (KANT, 2007 p. 79), isto é, autonomia remete a uma vontade da pessoa em relação à liberdade de suas escolhas racionais.

Paulo Freire (1921 – 1997) diz no seu livro “Pedagogia da Autonomia” que “[...] a autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas [...]” e que “[...] a autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.” (FREIRE, 1996, p.107). Isso significa que a autonomia é um processo que se desenvolve em meio às experiências que solicitam a tomada de decisões.

Freire (1996) enfatiza a importância do desenvolvimento da autonomia no sujeito dizendo que “[...] é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade.” (FREIRE, 1996, p. 18). Ao se deparar com alternativas, avaliando o que está a sua volta, o sujeito tem a liberdade de decisão.

Na Teoria de Jean Piaget (1896 - 1980), a autonomia significa ser governado por si próprio. Sobre isso, diz ele: “[...] há autonomia moral, quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão exterior [...]” (PIAGET, 1994, p. 155), ou seja, quando o sujeito é autônomo, ele se autogoverna, pois ele toma suas decisões, por si próprio e não pela imposição de outro sujeito.

Dada a importância da autonomia para o desenvolvimento do sujeito, ressaltada por destacados pensadores, abordaremos, em nosso artigo, a seguinte questão: como o sujeito se torna moralmente autônomo?

Para tratarmos desta questão, tomaremos como referencial teórico a Epistemologia Genética de Jean Piaget. Nosso objetivo é, então, explicar como o sujeito, em especial a criança, se torna moralmente autônomo de acordo com a Teoria de Piaget.

1. A Epistemologia Genética e o estudo da gênese da moral na criança

O desenvolvimento da moralidade é discutido no presente artigo do ponto de

vista da Epistemologia Genética de Jean Piaget.

A palavra “epistemologia” é a junção de duas palavras gregas “episteme” e “logos” que significam, respectivamente, “ciência” ou “conhecimento” e “estudo”. Sendo assim, epistemologia é o estudo do conhecimento, tendo como especificidade o conhecimento científico. Enquanto, genética, do grego *genno*, significa “origem”, “criação”.

Assumindo os significados etimológicos dos termos acima, podemos dizer, com Ferreira, que “[...] no sentido etimológico, podemos dizer que Epistemologia Genética é um estudo das origens do conhecimento científico, relacionado aos problemas de como surgem as condições necessárias para o conhecimento científico.” (FERREIRA, 2013, p. 16)

No âmbito da Epistemologia, em particular da Epistemologia Genética, Piaget leva em questão a formação das estruturas necessárias ao conhecimento e em quais condições tais estruturas se revelam em meio ao desenvolvimento da criança.

A Epistemologia Genética, estudando a gênese das estruturas formadoras da cognição do indivíduo, considerando em todos os seus aspectos, analisa, entre eles, os processos que se passam em relação à construção da moralidade na criança, ou seja, a gênese da formação do juízo moral na criança. Sendo assim, um dos principais resultados dos estudos de Piaget é a obra “O Juízo Moral na Criança”, publicada em 1932.

No processo de formação da moralidade na criança, Piaget (1994) classifica o desenvolvimento da moralidade em três estágios sucessivos de desenvolvimento: Anomia, Heteronomia e Autonomia. Estudaremos, nas seções que se seguem, cada um desses estágios. A anomia e a heteronomia são fundamentais para a compreensão da formação da autonomia objeto de nosso trabalho.

1.2. A anomia

O termo “anomia” advém etimologicamente do grego; é composto pelo prefixo “a” que significa “negação”, “falta”, e o termo “nomos”, que significa “normas”. Sendo assim, a composição de ambos os termos na palavra “anomia” significa ausência de normas.

Anomia, é denominada por Piaget de fase “pré-moral”, coincide com o egocentrismo, corresponde ao momento em que a criança, por ser muito pequena, ainda não possui uma moral, isto é, desconhece as regras e suas ações são movidas inconscientemente por suas necessidades.

Esta fase é correspondente ao Período Sensório-Motor, referindo aproximadamente aos dezoito primeiros meses da criança. Nesse período, as ações da criança são puramente motoras, como, por exemplo, sugar o dedo ou tentar pegar um brinquedo.

Diz Piaget que, nesse estágio, a “[...] inteligência é totalmente prática, que se refere à manipulação de objetos e que só utiliza em lugar de palavras e conceitos, percepções e movimentos, organizados em ‘esquemas de ação’.” (PIAGET, 2007, p. 19), isto é, conforme seus desejos e necessidades a criança estabelece formas para interagir com o que está em sua volta.

Esse esquema na criança é motor, como mamar, sugar, puxar e por meio desses esquemas, dessa ação, ela interage com o mundo. “Um esquema de ação é a estrutura ou a organização das ações, as quais se transferem ou generalizam no momento da repetição da ação, em circunstâncias semelhantes ou análogas.”. (PIAGET; INHELDER, 1999, p.15)

Em “O Juízo Moral na Criança”, Piaget apresenta, por exemplo, sua experiência com crianças em relação as regras do jogo de bolinhas e aponta que “[...] durante o primeiro estágio, a regra ainda não é coercitiva, seja porque é puramente motora, seja (início do estágio egocêntrico) porque é suportada, como que inconscientemente, a título de exemplo interessante e não de realidade obrigatória.”. (PIAGET, 1994, p. 34). Desse modo, quando a criança brinca, ela o faz por seus interesses motores, e não pela compreensão de uma brincadeira normativa.

Durante o Período Sensório-Motor, o desenvolvimento mental é muito importante, pois nesse nível a criança elabora “[...] o conjunto das subestruturas cognitivas que servirão de ponto de partida para suas construções perceptivas e intelectuais ulteriores, assim como certo número de reações afetivas elementares, que lhe determinarão em parte, a afetividade subsequente.”. (PIAGET; INHELDER, 1999, p. 11)

Em resumo, a anomia é a primeira fase da criança desde o seu nascimento, em que suas ações e reações são motoras, e apesar de ainda não fazer parte do mundo moral, esse momento é a base, tornando-se imprescindível para o seu desenvolvimento e próximos processos de construção moral.

1.2. A heteronomia

Heteronomia significa, etimologicamente, receber normas de outros. O termo “hetero” significa “outro”; e o termo “nomia” significa “normas”, isto é, a heteronomia expressa a condição em que o sujeito é governado por outro, pois as normas de conduta provém de fora.

Na concepção de Piaget (2007), a heteronomia refere-se à primeira moral da criança, a do respeito unilateral ou realismo moral, isto é, a criança tem conhecimento das regras por alguém exterior, e não por sua própria consciência.

Diz Piaget que “[...] a primeira moral da criança é a da obediência e o primeiro critério do bem é durante muito tempo, para os pequenos, a vontade dos pais.”. (PIAGET, 2007, p. 39). Isso quer dizer que “[...] a moral da primeira infância fica, com efeito, essencialmente heterônoma, isto é, depende da vontade exterior, que é a dos seres respeitados ou dos pais.”. (PIAGET, 2007, p. 39). Assim, podemos dizer que o adulto impõe a regra e a criança obedece acreditando ser verdadeira e imutável.

Isso acontece, no entender de Piaget, porque “[...] a criança heterônoma não assimilou ainda o sentido da existência de regras.”. (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p. 50). Assimilar o sentido da regra significa compreender o porquê da mesma, em determinado local ou situação, qual sua importância e sua utilidade, e incorporá-la ao cotidiano de forma a contribuir para um bem comum da sociedade.

Pelo fato de a criança não assimilar o sentido da regra, suas ações partem de um realismo moral. O realismo moral é assim definido: “[...] o bem e o mal são simplesmente concebidos como sendo o que está ou não está em conformidade com a regra adulta.”. (Piaget, 1985, p.182). Por exemplo, quando os pais, ou um professor, diz à criança que não se deve mentir, ela não o fará, não porque tem consciência de que é não é correto, mas porque foi dito pelo adulto.

Essa relação com o adulto ocorre no Período Pré-Operatório (2 a 7 anos

aproximadamente). Esse período é caracterizado por diversas modificações nos aspectos afetivos, cognitivos e sociais, e principalmente, pelo aparecimento da linguagem na criança, condição para sua comunicação e, com isso, para sua socialização. Sobre o aparecimento da linguagem, diz Piaget: “Com a linguagem, a criança descobre as riquezas insuspeitas de um mundo de realidades superiores a ela; seus pais e os adultos lhe aparecem já como seres grandes e fortes, como fontes de atividades imprevistas e misteriosas.” (Piaget, 2007, p. 26)

É nesta fase que surgem as primeiras coações sociais experienciadas pela criança. Piaget define coação social como “[...] toda relação entre dois ou n indivíduos na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestígio.” (PIAGET, 1973, p. 225 *apud* LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p. 18). Isto quer dizer que essa relação implica na imposição de uma pessoa sobre a outra, de modo que uma diz o que deve ser feito e a outra faz, o que reflete a um sentimento de obrigatoriedade.

Diz La Taille *et al.* que “Para Piaget a gênese do sentimento de obrigatoriedade, portanto do dever, encontra-se nas relações de coação; o bem por sua vez, é um produto da cooperação.” (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p. 60). Dessa forma, a coação fica com um efeito de injustiça, submissão, pois as pessoas não se relacionam de forma recíproca, como iguais.

Nessas condições, podemos dizer que o respeito entre a criança e o adulto é unilateral. Desse modo, o adulto sempre colocará as normas e a criança levará como verdadeiro e imutável o que este diz. Podemos observar que essa é uma questão de obediência, admiração ou medo de uma punição, pois a criança não dispõe ainda de autorregulação, ficando dependente do que é imposto pelo adulto na relação com ela.

Para que sejam constituídas as realidades morais é preciso uma disciplina normativa, e para que se constitua essa disciplina é fundamental o estabelecimento de relações entre os indivíduos. Dessa forma, o respeito unilateral tem importância para a constituição da consciência elementar do dever, pois é o primeiro controle normativo do qual a criança se torna capaz.

Apesar de ficar dependente da imposição do adulto e levar como verdadeiro o que este diz, a criança não o segue na prática. Isto se constata na pesquisa de

Piaget registrada no livro “O Juízo Moral na Criança” (1994) sobre as regras do jogo. Nesta pesquisa, ele verificou que para a criança pequena uma mentira se torna mais grave quando não está de acordo com a realidade, de maneira que ninguém acredite nela. Outra situação ocorre no caso de que a criança pensa ser mais grave mentir para um adulto que mentir para uma criança, pois o adulto pode saber se a afirmação é verdadeira ou não.

Essas situações se modificam com a idade. Para os maiores, as mentiras são ruins, independente se acreditarem nelas ou não. Desse modo, é claro entre os adultos que não se deve mentir nem para uma criança, nem para outro adulto, pois são a mesma coisa, pois se mente em ambas as situações. Dessa maneira, Piaget diz que, em meio ao processo de desenvolvimento, “o ideal muda de natureza” (1994, p. 290), ou seja, as concepções e os valores do indivíduo vão se modificando.

Em suma, a heteronomia é a fase em que a criança começa a se constituir moralmente, pois ela se estabelece no mundo social, em que os valores e as normas de conduta vão se agregando a partir da interação com o outro. A principal questão desta fase, é que a criança ainda não possui autogoverno e as condutas provêm de fora, dessa forma a criança é coagida pelo adulto e a relação se estabelece em meio ao respeito unilateral, porém, apesar de a criança ser governada por outrem, essa relação tem grande importância, pois é o primeiro controle normativo do qual a mesma se torna capaz, e possibilitarão as próximas formas de relações, suas concepções, seus valores e o seu autogoverno no decorrer do desenvolvimento, logo, constituindo sua autonomia.

1.3. A autonomia

Etimologicamente, o termo autonomia é também de origem grega; formada pelo adjetivo “autos” que significa “próprio”, “por si mesmo”, e pelo substantivo “nomos”, que significa “normas”, “convenção”. A palavra “autonomia” significa, então, autogovernar, envolvendo, uma propriedade constitutiva da pessoa que escolhe as suas normas e valores.

Para Piaget autonomia significa ser governado por si próprio: “[...] há autonomia moral, quando a consciência considera como necessário um ideal, independente de qualquer pressão exterior [...]” (PIAGET, 1994, p. 155). Nesta fase,

Piaget verifica que “[...] o respeito pelas regras é compreendido.” (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p. 50). Ou seja, além de se autogovernar, a criança tem consciência da regra por si própria, e não pela imposição de alguém, pois compreende o sentido e a necessidade das regras.

A autonomia surge no Período Operatório Concreto, caracterizado por significativo desenvolvimento em todos os aspectos, sejam afetivos, cognitivos ou sociais. A criança, neste estágio, não é mais egocêntrica. Agora é capaz de refletir e coordenar suas ações com a dos outros. Sobre isso, diz Piaget: “Do ponto de vista das relações interindividuais, a criança, depois dos sete anos, torna-se capaz de cooperar, porque não confunde mais seu próprio ponto de vista com o dos outros, dissociando-os mesmos para coordená-los.” (PIAGET, 2007, p. 41).

Isso ocorre porque os progressos operatórios possibilitam a criança um começo de reflexão, um pensar antes de agir, que remete tanto a inteligência quanto a afetividade. Sobre a inteligência e a afetividade desta fase e sua relação com a moral, escreve Piaget:

Para a inteligência, trata-se do início da construção lógica, que constitui, precisamente, o sistema de relações que permite a coordenação dos pontos de vista entre si. [...] Para a afetividade, o mesmo sistema de coordenações sociais e individuais produz uma moral de cooperação e de autonomia pessoal, em oposição à moral intuitiva de heteronomia características das crianças. (PIAGET, 2007, p. 42-43)

Observa-se, então, que a cooperação é um alicerce para as relações de autonomia, pois, segundo La Taille, “[...] pressupõe a coordenação das operações de dois ou mais sujeitos. Agora, não há mais assimetria, imposição, repetição, crença, etc. Há discussão, troca de ponto de vista, controle mútuo dos argumentos e das provas.” (LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p.19). Além disso, a relação é baseada no respeito mútuo, onde “[...] os indivíduos que estão em contato se consideram como iguais e se respeitam reciprocamente.” (PIAGET, 1996, p. 5)

Desse modo, em meio às relações sociais e afetivas, os sujeitos são capazes de se reconhecerem como iguais e se respeitarem reciprocamente. Em casos de situações contraditórias, por exemplo, conseguem ouvir o ponto de vista de cada um e se colocarem no lugar do outro, de forma que pensem coletivamente e cooperem até que se chegue a um consentimento.

Essa relação representa, segundo La Taille (1992, p. 20), o mais alto de nível de socialização, porque ambos contribuem para o desenvolvimento e evolução um do outro. Nesse sentido, diz Piaget: “Ora, a crítica nasce da discussão, e a discussão só é possível entre iguais: portanto só a cooperação realizará o que a coação intelectual é incapaz de realizar.”. (PIAGET, 1994, p. 298-299). Assim, ao agir moralmente, o objetivo é que o indivíduo o faça pela sua consciência e liberdade.

Em síntese, autonomia é o momento em que o sujeito conseguiu compreender o significado e a importância do estabelecimento de normas para um bem comum, momento em que é capaz de se autogovernar, de construir seus valores, e que as relações são estabelecidas por um respeito mútuo e embasadas pela cooperação, no qual os sujeitos contribuem uns com os outros para sua evolução.

O respeito mútuo é condição necessária para a moral e a ética. A seguir veremos como a criança toma consciência das noções de moral e ética.

2. Aparecimento da consciência moral e ética nas crianças

Em meio aos conceitos filosóficos, moral e ética possuem significados distintos. A moral está relacionada aos costumes e regras estabelecidas pela sociedade, enquanto ética se relaciona aos valores que orientam o comportamento humano na sociedade.

Etimologicamente, a palavra ética vem do grego “ethos” que significa “caráter”, “modo de ser” e, a palavra moral, vem do latim *mores* que significa “costumes”.

Segundo Marilena Chauí, no livro “Convite à Filosofia”, para que um sujeito seja ético é necessário que ele seja ativo, não passivo. “Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por meios impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.”. (CHAUÍ, 2000, p. 434)

Pode-se pensar o sujeito passivo como heterônomo, isto é, aquele que é

governado por outrem, que faz suas escolhas pela influência do externo e não por sua própria consciência e liberdade. Enquanto o sujeito ativo é o autônomo, que governa a si mesmo, que tem os seus valores interiormente estabelecidos, e que, ao tomar uma decisão tem consideração pelos outros, mas não se submete a eles, utilizando de sua própria razão, vontade e liberdade para decidir.

Em Kant (2007) a ética consiste em agir de acordo com o seguinte imperativo: “Age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca somente como um meio.”. (KANT, 2007, p. 69). Isso quer dizer que nas relações éticas entre os homens, o outro homem não pode ser jamais um instrumento para se alcançar algo, mas deve ser sempre um fim, um fim que vise o bem do homem.

No livro “Ética” Vázquez (1915-2011), define moral como “[...] um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (VÁZQUEZ, 2005, p. 63), e ética, como “[...] a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.”. (VÁZQUEZ, 2005, p. 23)

A ética é uma teoria, pois é uma reflexão sobre a moral. É por isso que a ética é uma subárea da Filosofia, pois a ética é a filosofia moral. Assim, a ética é uma reflexão sobre a moral, pois enquanto as normas morais determinam o comportamento do homem em sociedade, a ética orienta o mesmo considerando o bem-estar na relação com o outro.

Para Piaget “[...] toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET, 1994, p.23), e que “[...] para que as realidades morais se constituam é necessária uma disciplina normativa, e para que essa disciplina se constitua é necessário que os indivíduos estabeleçam relações uns com os outros.”. (PIAGET, 1996, p. 3). Essas regras se constituem de princípios e valores, possuindo um caráter interno ao indivíduo, a necessidade de respeitar o outro em meio as relações, e a capacidade de definir suas ações a partir de suas próprias concepções, sem menosprezar os demais.

Compreendendo as definições, verifica-se a importância da formação moral e ética para o desenvolvimento da pessoa e das relações sociais, agregando uma constituição de liberdade de escolha, uma escala de valores, o respeito para com o

outro e a reciprocidade.

Podem-se observar nas crianças as primeiras manifestações da consciência moral e ética, no decorrer de seus processos de formação. Aponta Araújo que “[...] o desenvolvimento da moralidade caminha na direção da construção de estágios de autonomia, quando o sujeito compreende que a fonte das regras está em si próprio, em sua capacidade como legislador das regras, mas sempre se referindo no outro.”. (ARAÚJO, 1999, p. 32)

Nos diversos contextos do cotidiano da criança sempre haverá uma situação em que será visível uma posição ética de sua parte, principalmente no ambiente escolar, que proporciona à criança a inclusão nas relações morais e éticas que regem a sociedade.

Em meio às brincadeiras ou jogos, por exemplo, a criança falará que não se deve trapacear ou mentir para ganhar. Dessa forma, desde cedo a criança já apresenta indícios éticos, porém, essas primeiras representações provêm da influência de outrem, do que foi dito pelo pai, por exemplo. Essa formação acontece gradativamente, como foi estabelecido na teoria de Piaget, apresentada na seção acima.

A interação com o outro vai proporcionar as condições para o desenvolvimento moral e ético, e as primeiras manifestações se darão a partir do outro e, progressivamente, esses aspectos serão interiorizados de forma que a criança agregue esses conceitos, considerando o outro, mas se governando por sua própria razão.

3. O papel da escola frente a construção da autonomia moral e ética na criança

Ao compreender a Teoria de Piaget sobre a gênese da moral e o desenvolvimento do indivíduo, surgem novas condições de se pensar as relações sociais, inclusive no ambiente escolar, pois de posse desse conhecimento, os profissionais se tornarão capazes de se posicionar de maneira que proporcione o pleno desenvolvimento dos alunos.

Dessa maneira, é visível a importância dessa compreensão para a formação

moral e ética do indivíduo, principalmente por parte do professor, como aponta Neto: “[...] o professor deve entender o desenvolvimento humano para que possa ter certa segurança do ponto de partida e para onde se encaminha o ser em desenvolvimento, bem como dos diferentes estágios pelos quais passa para chegar à autonomia.”. (NETO, 2009, p. 79). Assim sendo, o professor é capaz de reconhecer o estágio em que seu aluno está e, conseqüentemente, saberá o que e como trabalhar para proporcionar sua evolução.

Para que os alunos avancem da heteronomia à autonomia, é necessário que a escola, os professores e os demais funcionários coloquem em prática os valores que são apresentados aos alunos. Os valores não devem ser apenas verbalizados, mas eles devem ser encontrados na ação, em meio as diversas situações do cotidiano. Isso quer dizer que a ética e a moral não devem ser trabalhadas em uma aula específica de valores, mas sim estar presente em todos os contextos, em todas as aulas e em meio as interações.

O estabelecimento de regras ou combinados na sala de aula não deve ser apenas o professor a determiná-las, mas sim, em conjunto com os alunos. Como diz Paulo Freire “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 22)

No início do ano, por exemplo, o professor não deve chegar com as regras prontas, mas no decorrer da semana, em meio às relações e acontecimentos, pontuar com os alunos e esclarecer a importância de determinada regra, deixar que os próprios alunos reconheçam a necessidade da mesma.

Dessa maneira, a relação será construída baseada na cooperação, estimulando a autonomia moral da criança, e não a conformidade sobre as regras, o recebimento das mesmas de forma passiva, apenas obedecendo. Como diz Piaget “[...] a autonomia se adquire graças a um ensino que faz a criança compreender a natureza da sociedade e o porquê das regras morais.”. (PIAGET, 1996, p. 12)

A postura do professor em sala de aula é um dos principais estimuladores do desenvolvimento da autonomia. Por exemplo, em meio a um conflito, o professor não deve ordenar ao aluno o que deve ser feito, mas fazer com que reflita sobre o ato que cometeu e ofereça a possibilidade de tomar decisões, criar por si próprio, regras de conduta, por meio da coordenação de pontos de vista. Esse tipo de ação

estimula o seu desenvolvimento, em razão de que a necessidade de uma organização reflexiva proporciona o avanço de um estágio para o outro.

Para a verdadeira construção da autonomia moral no ambiente escolar é preciso que todos os funcionários trabalhem em conjunto, pois todas as interações neste ambiente têm impacto sobre o desenvolvimento das crianças. Dessa forma, é necessário que todos se respeitem e cooperem uns com os outros, baseando-se no respeito mútuo, garantindo assim a formação plena dos alunos.

Considerações Finais

O presente trabalho permitiu-nos constatar como ocorre a construção da autonomia moral na criança, compreendendo os estágios que ela percorre, as características de cada um destes estágios e, como as interações, as formas de relação interferem nesse desenvolvimento. Vimos que a coação e o respeito unilateral fazem com que o indivíduo permaneça na heteronomia, enquanto a cooperação e o respeito mútuo remetem a elevação para a autonomia.

O ambiente escolar possui grande influência no desenvolvimento da autonomia moral, pois é um ambiente socializador, no qual a criança interage com o adulto, o professor e os demais profissionais, e também com os colegas da mesma idade. Dessa forma, ocorre todo o tipo de relação de igual para igual, ou do superior para o inferior, relações de colaboração ou divergências. Sendo assim, se reconhece a importância de um trabalho pedagógico sobre os valores humanos desde a educação infantil, abordando os aspectos morais, éticos, diversidade, generosidade, cooperação, justiça e respeito.

Neste contexto, fica visível a necessidade da compreensão de como ocorre o desenvolvimento e como a escola deve se posicionar para proporcionar a formação plena do indivíduo, inclusive no aspecto da autonomia moral e ética. A falta de conhecimento sobre essa construção por parte dos profissionais da educação prejudica o aluno, pois muitas vezes não estabelecem relações recíprocas.

O desenvolvimento da autonomia não ocorre quando o professor é autoritário, pois coage o aluno permanecendo na heteronomia. O professor deve se posicionar de maneira justa, respeitando seu aluno, estabelecendo uma relação de cooperação

e respeito mútuo. Além disso, deve reconhecer a necessidade de cada fase de seus alunos, e trabalhar de forma que possibilite a evolução do mesmo; por exemplo, criar situações em que eles tomem as decisões, compreendendo a necessidade de normas, em meio a jogos e brincadeiras.

Porém, para que se efetive o pleno desenvolvimento, não basta apenas que o professor faça seu trabalho em sala de aula, apesar de este ser o mais próximo dos alunos. Cabe a todos os profissionais do ambiente escolar a responsabilidade de lidar com os valores de maneira exemplar na prática e coletivamente para que um possa ser o exemplo para o outro, criando um ambiente de cooperação e respeito mútuo.

Entendo, enquanto estudante de Pedagogia, que é possível observar que a escola se preocupa com os aspectos pedagógicos, mas pouco considera a responsabilidade em formar um cidadão reflexivo e crítico, capaz de conviver em sociedade, e estabelecer relações de respeito e cooperação. Tendo isso em vista, nosso artigo traz elementos para uma reflexão de como ocorre o desenvolvimento da autonomia moral, enfatizando o dever da escola para com a formação plena dos alunos, destacando como é importante trabalhar os valores, de forma prática e coletiva, para que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Nossa reflexão sobre a formação da autonomia na criança nos trouxe novos questionamentos, dentre eles destacamos uma questão a ser pensada: tendo em vista que para contribuir para a construção da autonomia moral é necessário que o professor seja moralmente autônomo, então como deve ser a formação docente para este conseguir seu efetivo trabalho de formação com seus alunos?

Referências

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Conto de escola**: a vergonha como um regulador moral. São Paulo: Moderna, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FERREIRA, Rafael dos Reis; TASSINARI, Ricardo Pereira. **Piaget e a predicação universal**. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2013.
<http://www.culturaacademica.com.br/img/arquivos/9788579834356.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo. Edição Paz e Terra, 1996.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, Jean; INHELDER, Barbel. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, Lino de. **Cinco Estudos de Educação Moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria A.M. D'Amorim; Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

NETO, Roque do Carmo Amorim; ROSITO, Margaréte May Barkenbrock. **Ética e moral na educação**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2009.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Recebido em 2/3/2017

Aprovado em 6/4/2017